

Belmonte II Parque Solar S.A.

**Demonstrações Financeiras
referente aos exercícios findos
de 31 de dezembro de 2022 e 2021
e relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre a demonstrações financeiras	5
Balanço patrimonial	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstrações da mutação do patrimônio líquido	12
Demonstrações do fluxo de caixa	13
Notas explicativas à demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

1. Mensagem da Administração

A administração da Belmonte II Parque Solar S.A. (“Companhia”) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores investidores o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de dezembro de 2022, acompanhada do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

A Belmonte II Parque Solar S.A. (“Companhia”) é uma companhia por ações de capital fechado, constituída em 10 de maio de 2018, estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160-sala 1737 - Parte - Centro/RJ - 20020-080 no Rio de Janeiro. A Companhia está fase de construção e tem por objeto social principal, a geração de energia elétrica fotovoltaica, através das resoluções autorizadas nº 8.927, 8.928, 8.929, 8.930, 8.931 e 8.932, todas de 9 de junho de 2020 emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”), a Companhia foi outorgada a implantar e explorar as centrais geradoras fotovoltaicas Belmonte 2-1, Belmonte 2-2, Belmonte 2-3, Belmonte 2-4, Belmonte 2-5 e Belmonte 2-6 sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizadas em terrenos arrendados, pagos anualmente aos respectivos proprietários, no município de São José do Belmonte, no estado de Pernambuco, que somadas têm a capacidade instalada de geração total de aproximadamente 294.660 kW. A Companhia tem como único acionista, a Belmonte Solar Holding S.A.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Debêntures

A Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 300.000 mil com em 26 de julho de 2022, com vencimento em 24 de agosto de 2023.

(b) Entrada em operação comercial

A previsão do início de operação comercial da Companhia é a partir de junho de 2023, atualmente, estima-se 75% das obras referentes à construção estão concluídas.

(c) Aportes de capital próprio e de terceiros

Até a presente data de emissão deste relatório da administração, a Companhia tem recebido aportes de capitais através de seu único acionista e é previsto a entrada de outros aportes oriundos de terceiros, sendo assim, entende-se que o fluxo financeiro previsto para início de suas operações comerciais será atendido com a entrada destes aportes.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus investidores com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A companhia é administrada por 2 (dois) diretores, com mandado de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo acionista. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Companhia.

(b) Conselho Fiscal

A Companhia tem um Conselho Fiscal não permanente composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais. Quando de seu funcionamento, o Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes conferidos por lei. Os Conselheiros poderão renunciar expressamente ao seu direito à remuneração, devendo consignar a renúncia na Ata da Assembleia Geral que aprovar sua instalação.

5. Declaração da diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutária, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam as demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício o findo em 31 de dezembro de 2022.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Belmonte II Parque Solar S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Belmonte II Parque Solar S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Belmonte II Parque Solar S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Companhia não reconheceu o ativo de direito de uso e as respectivas obrigações de arrendamentos mercantis relacionados a terrenos que, em nossa opinião, deveriam ter sido registrados de forma a atender os requerimentos do CPC 06 (R2) – Arrendamentos desde a data da assinatura dos contratos. Se a Companhia tivesse reconhecido esses ativos e passivos, as demonstrações financeiras do exercício corrente poderiam ser afetadas de forma relevante no que se refere aos saldos iniciais em 1 de janeiro de 2022 e os finais 31 de dezembro de 2022. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos ajustes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de imobilizado

Veja as Notas 2 (h) e 6 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Belmonte II Parque Solar S.A. ("Companhia") visa a construção de Centrais Geradoras Fotovoltaicas (parques solares). A Companhia está em fase pré-operacional e a construção das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) está em andamento. As Centrais Geradoras Fotovoltaicas começaram a ser construídas em janeiro de 2022, e tem previsão de início das operações a partir de junho de 2023.</p> <p>A definição de quais custos são elegíveis para capitalização depende de avaliação feita pela Companhia em relação à natureza dos custos, principalmente ao fato de estarem associados à construção do ativo qualificável.</p> <p>Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização, o qual leva em consideração o julgamento envolvido na eleição de quais custos são capitalizáveis, em função da natureza dos gastos, o volume de transações de capitalização, bem como a relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(a) Avaliação dos custos de transação e encargos de dívidas elegíveis a capitalização no ativo qualificável, em consonância com as normas contábeis aplicáveis à capitalização do ativo qualificável;(b) Realização de teste, com base em amostragem, dos lançamentos registrados como adições ao imobilizado no exercício corrente, confrontando os itens selecionados com a evidência documental pertinente inspecionando a elegibilidade da natureza do gasto como custo diretamente atribuível à construção; <p>No decorrer da nossa auditoria não identificamos ajustes que afetaram a capitalização dos custos como parte da construção das Centrais Geradoras Fotovoltaicas.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o saldo do imobilizado é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 12 de maio de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7

Belmonte II Parque Solar S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	94.243	1.156
Imposto a recuperar		1.834	-
Outros ativos financeiros	5	<u>656</u>	<u>877</u>
Total do ativo circulante		<u>96.733</u>	<u>2.033</u>
Não circulante			
Imobilizado	6	239.867	2.075
Intangível	7	<u>67.367</u>	<u>67.367</u>
Total do ativo não circulante		<u>307.234</u>	<u>69.442</u>
Total do ativo		<u>403.967</u>	<u>71.475</u>
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores		14.019	11
Debêntures	9	316.827	-
Impostos a recolher		443	-
Partes relacionadas	8	<u>-</u>	<u>43</u>
Total do passivo circulante		<u>331.289</u>	<u>54</u>
Patrimônio líquido			
Capital social subscrito	12	73.263	70.103
Reserva de capital	12	-	1.330
Prejuízos acumulados		<u>(585)</u>	<u>(12)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>72.678</u>	<u>71.421</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>403.967</u>	<u>71.475</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Belmonte II Parque Solar S.A.

Demonstrações do resultado

Dos exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Operações em continuidade	2022	2021
Despesas gerais e administrativas	(45)	(7)
Prejuízo antes do resultado financeiro	<u>(45)</u>	<u>(7)</u>
Despesas financeiras	(528)	(1)
Resultado financeiro	<u>(528)</u>	<u>(1)</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u><u>(573)</u></u>	<u><u>(8)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Belmonte II Parque Solar S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Dos exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2022	2021
Prejuízo líquido do exercício	(573)	(8)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes do exercício	<u>(573)</u>	<u>(8)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Belmonte II Parque Solar S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

		Capital social Subscrito	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020		10	(10)	-	(4)	(4)
Aumento de Capital	12	70.093	10	-	-	70.103
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	12	-	-	1.330	-	1.330
Prejuízo do exercício		-	-	-	(8)	(8)
Em 31 de dezembro de 2021		70.103	-	1.330	(12)	71.421
Aumento de Capital	12	3.160	-	(1.330)	-	1.830
Prejuízo do exercício		-	-	-	(573)	(573)
Em 31 de dezembro de 2022		73.263	-	-	(585)	72.678

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Belmonte II Parque Solar S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2022	2021
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(573)	(8)
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Outros ativos	221	(877)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e outros passivos	14.408	49
Impostos pagos	(3.606)	-
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	10.450	(836)
Atividades de investimento		
Aquisição de ativo intangível / direito de exploração	-	(67.367)
Aquisição de ativo imobilizado	(218.307)	(2.075)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(218.307)	(69.442)
Atividades de financiamento		
Aportes de capital recebidos em dinheiro	1.830	2.136
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.330
Aportes de capital recebidos em direito de exploração	-	67.967
Primeira emissão de Debêntures	300.000	-
Custo de transação	(886)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	300.944	71.433
Aumento líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	93.087	1.155
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.156	1
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	94.243	1.156

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas à demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

1 Contexto operacional

A Belmonte II Parque Solar S.A. (“Companhia”) é uma companhia por ações de capital fechado, constituída em 10 de maio de 2018, estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160 - sala 1737 - Parte - Centro/RJ - 20020- 080 no Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social: (i) geração de energia elétrica; (ii) serviços de engenharia (supervisão de obras de construção civil e elétrica, ligação e religação de pontos de conexão residencial de energia elétrica, geração de energia fotovoltaica, intermediação de negócios referentes à geração de energia fotovoltaica, intermediação de negócios referentes à energia solar, operação de construção e manutenção de usinas solares); (iii) holdings de instituições não financeiras (as atividades de entidades econômicas que detém o controle de capital de um grupo de empresas com atividades preponderantemente não financeiras, essas holdings podem exercer ou não funções de gestão e administração dos negócios das empresas do grupo); (iv) outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente (escritório com prestação de serviços de desenvolvimento, gerenciamento e gestão de projetos solares); (v) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente (escritório com serviços de preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo, exceto serviços advocatícios, tais como preenchimento de cadastros e formulários junto a órgãos públicos e privados para obtenção de autorizações e licenças).

Através das resoluções autorizadas nº 8.927, 8.928, 8.929, 8.930, 8.931 e 8.932, todas de 9 de junho de 2020 emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”), a Companhia foi outorgada a implantar e explorar as centrais geradoras fotovoltaicas Belmonte 2-1, Belmonte 2-2, Belmonte 2-3, Belmonte 2-4, Belmonte 2-5 e Belmonte 2-6 sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizadas em terrenos arrendados, pagos anualmente aos respectivos proprietários, no município de São José do Belmonte, no estado de Pernambuco, que somadas têm a capacidade instalada de geração total de aproximadamente 294,660MW.

Estas centrais geradoras fotovoltaicas começaram a ser construídas em 03 de janeiro de 2022 e encontram-se em fase de construção, tendo como data prevista para início de operações comerciais a partir de junho de 2023. A conclusão da construção destas centrais depende de suporte do grupo acionista e/ou de financiamento de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta um capital circulante negativo de R\$ 222.448 mil e sua continuidade das operações depende do fomento de capital, seja pelo recurso próprio (novos aportes ao capital social) de seus acionistas e recursos de terceiros (captações e financiamentos bancários). Até a presente data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia tem recebido aportes de capitais através de seu único acionista e é previsto a entrada de outros aportes oriundos de terceiros, sendo assim, entende-se que o fluxo financeiro previsto para o início de suas operações comerciais será atendido com a entrada destes aportes.

2 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesta demonstração financeira. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a. Base de preparação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de março de 2023.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na prestação destas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente, salvo disposição em contrário.

A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme nota explicativa 3.

As informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais mil, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado período no de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

d. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada exercício de divulgação.

e. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

f. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor.

g. Instrumentos Financeiros

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, na data em que um contrato de derivativos é celebrado e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, e posteriormente mensurados pelo valor justo, sendo as variações contabilizadas no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”.

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Grupo possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado.

Custo Amortizado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os ativos financeiros do Grupo classificados nesta categoria, compreendiam o contas a receber de clientes, e são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 48.

(ii) Passivos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia possui passivos financeiros classificados na categoria de outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos e é determinada no reconhecimento inicial.

Outros passivos financeiros: Os passivos classificados nessa categoria são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva. São apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes serão classificados como passivos não circulantes).

Baixa de passivo financeiro

A Companhia baixa os passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

h. Imobilizado

São registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação acumulada, sendo que os terrenos não são depreciados. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros Resultados Operacionais” na Demonstração do Resultado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

i. Ativos intangíveis

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade. Os ativos intangíveis serão amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente estimada, caso contrário serão considerados de vida útil indefinida sendo sujeitos ao teste de recuperabilidade econômica.

A amortização é calculada sobre os bens do ativo intangível em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas rubricas, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas:

- Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% da receita;
- Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota de contribuição social de 9%.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Devido ao regime tributário, não existe imposto de renda diferido.

k. Provisões

- (i) Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.
- (i) Provisões para litígios: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

l. Distribuição de dividendos

A Companhia atualmente em fase pré-operacional, registrará (quando aplicável) em bases anuais, os dividendos mínimos obrigatórios como passivo, a menos que esse dividendo mínimo tenha sido efetivamente pago antes do encerramento do exercício. Dividendos complementares ao mínimo obrigatório serão registrados como passivo na data em que seu pagamento for aprovado em Assembleia de Acionistas ou por outro órgão competente da Administração da Companhia. Dividendos propostos pela Administração da Companhia, em consonância com a Lei das S.A., serão divulgados em nota explicativa.

m. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Data efetiva	Novas normas ou alterações	Avaliação da Administração
1º de janeiro de 2023	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 8)	A Companhia entende que o presente requerimento não é aplicável até o momento da emissão destas demonstrações financeiras, contudo, monitorará tal pronunciamento para o futuro, caso este se torne aplicável aos negócios da Companhia.
	IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contrato de Seguro	A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, em construção de suas futuras unidades geradoras de caixa, tem os seguros contratados pelo epecista (EPC – <i>Engineering – Procurement – Construction</i>) das obras do complexo Belmonte (Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A.); sendo assim, a Companhia considera que não é abrangida por tal pronunciamento até o momento das emissões destas demonstrações financeiras, entretanto, monitorará tal pronunciamento com o objetivo de avaliar a aplicabilidade futura.
	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2)	A Companhia entende que não é abrangida por tal pronunciamento, entretanto, monitorará o presente com o objetivo de avaliar a aplicabilidade futura
	Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 26/IAS 8)	A Companhia entende que não é abrangida por tal pronunciamento, entretanto, monitorará o presente com o objetivo de avaliar a aplicabilidade futura.
	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	A Companhia entende que não é abrangida por tal pronunciamento, entretanto, monitorará o presente com o objetivo de avaliar a aplicabilidade futura

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados nos ativos e passivos, e as respectivas divulgações.

Estimativas e premissas

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- (i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

- (ii) Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.
- (iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Conta corrente	1.021	1.156
Aplicações financeiras liquidez imediata – CDB (a)	93.222	-
	94.243	1.156

Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo; e tem por finalidade atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos

- (a) As aplicações financeiras são de liquidez imediata, na modalidade CDB-DI com taxa de remuneração 101,50%, depositadas no Itaú.

5 Outros ativos financeiros

	2022	2021
Adiantamento referente à aluguel	656	877

6 Imobilizado

	2021	Adições	2022
Fornecedores de trackers solares (a)	-	155.539	155.539
Construtoras direto	-	38.092	38.092
Direito de uso da superfície	1.918	2.799	4.714
Resultado financeiro capitalizado	-	4.545	4.545
Antecipações fornecedores nacionais	-	4.384	4.384
Antecipações fornecedores estrangeiros	-	16.133	16.133
Gastos aduaneiros	-	2.129	2.129
Cartas de crédito	-	1.943	1.943
Outros gastos atrelados à construção	157	12.228	12.228
	2.075	237.792	239.867

Imobilizado em construção:

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia encontra-se em fase de planejamento e construção das centrais geradoras fotovoltaicas. Em 31 de dezembro de 2022, os gastos decorrentes do planejamento e construção foram na ordem de R\$ 227.759, dos quais R\$ 4.545 correspondem a capitalizações ativáveis decorrentes dos juros das debêntures emitidas e dos rendimentos das aplicações financeiras contratadas no período. Os ativos em construção serão registrados como “Imobilizado em serviço” após finalização da construção, com previsão de conclusão em maio de 2023, onde iniciará sua depreciação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia entende não haver indicadores para o teste de recuperabilidade, uma vez que, suas unidades geradoras de caixa ainda se encontram em construção.

- (a) Trackers são dispositivos móveis que darão suporte aos módulos solares com o objetivo de otimizar a captura da luz solar ao longo do dia.

7 Intangível

	2022	2021
Direito de exploração	67.367	67.367

O direito de exploração é constituído mediante aos direitos detidos e adquiridos por este das aprovações regulatórias (contrato de autorização) de Central Geradora Fotovoltaica denominadas UFV Belmonte 2-1 (Processo N° 48500.003075/2018-75), UFV Belmonte 2-2 (Processo N° 48500.003076/2018-10), UFV Belmonte 2-3 (Processo N° 48500.003077/2018-64), UFV Belmonte 2-4 (N° 48500.003078/2018-17), UFV Belmonte 2-5 (Processo N° 48500.003079/2018-53), UFV Belmonte 2-6 (Processo N° 48500.001109/2019-78), pelo prazo previstos inicialmente de 35 anos. O referido ativo foi objeto de aumento, com base em laudo de avaliação a valor justo (efetuado por terceiros), para fins da referida capitalização. Os atos societários e jurídicos foram aprovados pela Junta Comercial.

Esse ativo passará a ser amortizado quando do início das operações. Não foram verificados indicadores de existência de impairment em relação a esse ativo.

8 Partes relacionadas

a. Remuneração da Administração

Durante os exercícios de 2022 e 2021 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela coligada Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nesses exercícios.

b. Mútuos recebidos

Os mútuos recebidos do ex-acionista, foram concedidos à Companhia com o objetivo de custear o capital de giro para dos custos iniciais da obra.

As tabelas a seguir apresentam os valores totais das operações que tenham sido celebradas com o ex-acionista e agora epecista⁽ⁱ⁾ das obras do complexo Belmonte para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Passivo Circulante		
Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (ex-acionista, atual epecista das obras do complexo Belmonte)	-	43
Recebimentos revertidos em capital social		
Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (ex-acionista, atual epecista das obras do complexo Belmonte)	-	2.136
Belmonte Solar Holding S.A. (Nota explicativa 12)	1.830	1.330

(i) Empresa que gerencia a construção do ativo qualificável (imobilizado) da Companhia e que futuramente tem poderá fazer a gestão do O&M (Operação e Manutenção) e/ou outros serviços de gestão administrativa.

9 Debêntures

A Companhia emitiu debêntures em agosto de 2022 (registradas pelo código “BMPS11”) destinados à construção das centrais geradoras fotovoltaicas descritas na nota explicativa 1. O valor total captado fora de R\$ 300.000. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros remunerados 100% DI acrescia de uma sobretaxa de 0,99% ao ano.

	2021	Captação	Juros e Custos de captação	Amortização		2022
				Principal	Juros	
Debêntures	-	300.000	17.713	-	-	317.713
Custos de transação	-	-	(886)	-	-	(886)
	<u>-</u>	<u>300.000</u>	<u>16.827</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>316.827</u>
				2022	2021	
Debêntures						
Circulante				317.713	-	
Não circulante				<u>-</u>	<u>-</u>	
				<u>317.713</u>	<u>-</u>	

A 1ª emissão de debêntures da Companhia tem vencimento em agosto de 2023, e possui garantia fidejussória dos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava adimplente com os covenants estabelecidos na escritura de emissão.

10 Provisão para contingências

Atualmente, a Companhia não reconhece nenhuma provisão para causas cíveis e trabalhistas consideradas pela Administração como de risco provável de perda. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões serão revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Até o encerramento dos exercícios desta demonstração financeira a Companhia não participava como ré em nenhum litígio de cunho cível, fiscal ou trabalhista.

11 Despesas financeiras

O resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é oriundo principalmente das despesas financeiras atreladas ao PIS e COFINS dos rendimentos das aplicações financeiras contratadas não recuperáveis, conforme exposto no quadro adiante:

Despesas Financeiras

	2022	2021
PIS e COFINS sobre rendimentos aplicações financeiras	(497)	-
Outras despesas financeiras	(31)	(1)
	(528)	(1)

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$ 73.263 (setenta e três milhões, duzentos e sessenta três mil Reais) divididas em 73.103.466 (setenta milhões, cento e três, quatrocentos e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas, 100% detidas pela Belmonte Solar Holding. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$ 70.103 (setenta milhões, cento e três mil Reais) divididas em 70.103.466 (setenta milhões, cento e três, quatrocentos e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas.

A tabela adiante demonstra as movimentações de capital ocorridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022:

Saldo inicial do capital social em 31/12/2020	10
Assembleia Geral Extraordinária de 31/08/2021	2.071
Assembleia Geral Extraordinária de 04/10/2021	67.367
Assembleia Geral Extraordinária de 31/10/2021	655
Saldo inicial do capital social em 31/12/2021	70.103
Assembleia Geral Extraordinária de 16/02/2022	1.330
Assembleia Geral Extraordinária de 17/05/2022	280
Assembleia Geral Extraordinária de 13/09/2022	1.550
Saldo final do capital social em 31/12/2022	73.263

b. Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo e pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, descontada a parcela referente à reserva legal, salvo determinação em contrário por unanimidade de votos dos acionistas presentes em Assembleia Geral.

13 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Ativos/Passivos financeiros</u>		<u>Ativos/Passivos financeiros</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
	<u>a custo amortizado</u>	<u>por meio do resultado</u>	<u>a custo amortizado</u>	<u>por meio do resultado</u>
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (Nível 1)	94.243	-	1.156	-
	<u>94.243</u>	<u>-</u>	<u>1.156</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores (Nível 1)	1.911	-	11	-
Parte relacionada (Nível 1)	-	-	43	-
Custo de transação das debêntures (Nível 1)	886	-	-	-
	<u>2.797</u>	<u>-</u>	<u>54</u>	<u>-</u>
Passivo financeiros				
Debêntures (Nível 2)	-	317.713	-	-
	<u>-</u>	<u>317.713</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

13.1 Gerenciamento de riscos

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia, que julga apresentar exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro celebrado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia entende que apresenta recursos suficientes para honrar com as obrigações contraídas decorrentes da construção das centrais geradoras fotovoltaicas e está regularmente adimplente com seus fornecedores.

A Companhia e seu acionista entendem que a captação de recursos financeiros de terceiros e/ou aportes de seu grupo controlador será necessário para os termos das obras e vem monitorando periodicamente o momento oportuno para obter os devidos financiamentos.

b. Risco de mercado

A Companhia não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas.

- **Risco de inflação** – Os gastos da Companhia são atualizados anualmente por índices de inflação.
- **Risco de captação** - A Companhia e seu acionista buscam a captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações devem ser suportados pela Companhia.
- **Riscos regulatórios** - A Companhia, direta ou indiretamente, está sujeita à extensa legislação emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- **Risco de seguros** - A Companhia por meio de seu epecista adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os o ativo imobilizado em construção, mantendo- os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

d. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e para que não quebre cláusulas contratuais com fornecedores. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

13.2 Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa equivalentes de caixa** - contas correntes e aplicações financeiras conforme posição dos extratos bancários.

14 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou captar endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira de médio prazo. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total das debêntures de curto prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

15 Eventos subsequentes

Em 11 de janeiro de 2023 foi contratado o financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES no valor de R\$ 780 milhões, destinado à implantação do complexo solar Belmonte II, cuja primeira liberação de recursos está prevista para o primeiro semestre de 2023.

* * *

Alfonso Brunner Beamud
Diretor

Luiz Fernando Ferreira Rufino
Contador
CRC-RJ 119.793/O-7